

Index: AFR 41/0571/2019

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/06/mozambique-end-five-month-arbitrary-detention-of-refugees-and-asylum-seekers/>

AMNISTIA INTERNACIONAL

COMUNICADO DE IMPRENSA

Embargado até quinta-feira, 20 de Junho de 2019, às 00h01 GMT

Moçambique: Ponha fim à detenção arbitrária de cinco meses de refugiados e solicitantes de refúgio

As autoridades moçambicanas devem libertar imediata e incondicionalmente os 15 refugiados e solicitantes de refúgio congolezes e um refugiado etíope que se encontram detidos há quase seis meses sem que tenham sido apresentadas acusações formais contra eles, disse hoje a Amnistia Internacional para marcar o Dia Mundial do Refugiado.

O grupo foi arbitrariamente preso no dia 17 de Janeiro de 2019, após ser algemado e alegadamente espancado pela polícia e funcionários da imigração no campo de refugiados de Maratane, na província de Nampula, no nordeste de Moçambique. Dois dias mais tarde, foram transferidos para a esquadra da polícia de Pemba, na província de Cabo Delgado. Até hoje, não foram informados das razões para a sua detenção continuada.

“É revoltante estes refugiados e solicitantes de refúgio permanecerem detidos e deliberadamente mantidos na ignorância sobre os motivos da sua prisão. Não há desculpa para este tipo de tratamento,” comentou Deprose Muchena, Director Regional para a África Austral da Amnistia Internacional.

“O governo moçambicano deve acabar imediatamente com estas detenções arbitrárias, libertando estes indivíduos ou acusando-os de crimes internacionalmente reconhecidos como tal.”

No seguimento da sua prisão, as autoridades moçambicanas tentaram deportar sete dos refugiados e solicitantes de refúgio, enviando-os de volta para a República Democrática do Congo, no dia 23 de Janeiro. Contudo, foi-lhes recusada a entrada no Aeroporto Internacional de Kinshasa por funcionários da imigração congolezes.

Segundo os homens deportados, os funcionários da imigração em Kinshasa reivindicaram que os documentos de viagem de emergência emitidos nos seus nomes por funcionários moçambicanos não provavam a sua cidadania congoleza.

Os funcionários da imigração no Aeroporto Internacional de Kinshasa também afirmaram que os homens não poderiam regressar a suas casas na região de Kivu devido à crescente instabilidade política e insegurança em torno da tomada de posse do novo presidente Félix Tshisekedi, no dia 24 de Janeiro. Na sua viagem de regresso a Moçambique, os homens ficaram retidos por três dias em trânsito no Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta em Nairóbi, no Quênia, a aguardar o embarque num voo para Pemba, província de Cabo Delgado.

No dia 26 de Janeiro, os homens chegaram à cidade de Pemba, no norte de Moçambique, e foram novamente transferidos para a terceira esquadra. O Tribunal Provincial de Pemba não deliberou ainda sobre um pedido de liberdade provisória para os 16 refugiados e solicitantes de refúgio.

“As autoridades moçambicanas devem parar de tratar os refugiados e solicitantes de refúgio como criminosos. A sua detenção ilegal compromete a arquitectura internacional construída para proteger os refugiados e solicitantes de refúgio,” afirmou Deprose Muchena.

Contexto

Os 16 refugiados e solicitantes de refúgio encontram-se presentemente detidos na terceira esquadra da polícia de Pemba. Segundo os detidos, estes não têm recebido alimentação adequada ou os cuidados de saúde necessários e, a certa altura, foi-lhes recusada a alimentação 25 dias consecutivos e tiveram que pagar a pessoas que lhes fossem comprar pão.

Documento Público

Amnesty International Southern Africa Regional Office, 97 Oxford Road, Saxonwold,
Johannesburg 2196, África do Sul
+2711 283 6000
E-mail: press@amnesty.org
twitter: @amnestypress ou @AmnestySARO